

# MOVIMENTOS SOCIAIS DE DIREITA, PARTICIPAÇÃO POLITICA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORANEO: o momento bolsonariano em perspectiva

*SOCIAL MOVEMENTS, POLITICAL PARTICIPATION,  
AND THE QUALITY OF DEMOCRACY IN CONTEMPORARY BRAZIL:  
the bolsonarian moment in perspective*

MOVIMIENTOS SOCIALES, PARTICIPACION POLITICA Y  
CALIDAD DE LA DEMOCRACIA EN EL BRASIL CONTEMPORANEO:  
el momento bolsonariano en perspectiva

ARTIGO

**Carlos Federico Domínguez Avila**

Doutorado em História, com pós-doutorado em Ciência Política  
Pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
carlos.dominguez.avila@gmail.com

Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2377-276X>

Texto recebido aos 19/08/2022 e aprovado aos 29/11/2022

## Resumo

O artigo mapeia e analisa a evolução dos movimentos sociais de direita, ao longo do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, entre 2019 e 2022. A conclusão ressalta que, mesmo após o fim do governo do presidente Bolsonaro, a reativação dos movimentos sociais de direita no Brasil merece e exige um esforço acadêmico mais persistente, principalmente na linha de pesquisa sobre a qualidade da democracia.

Palavras-chave: Brasil; Participação Política; Movimentos Sociais.

## Abstract

The article examines the evolution of right-wing social movements, throughout the government of President Jair Messias Bolsonaro, between 2019 and 2022. The conclusion of the manuscript



This work is licensed under an Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

highlights that, even after Bolsonaro's term, the reactivation of right-wing social movements in contemporary Brazil deserves and demands a more persistent academic effort, especially in the line of research on the quality of democracy.

Keywords: Brazil; Political Participation; Social Movements.

## Resumen

El artículo mapea y analiza el devenir de los movimientos sociales de derecha, a lo largo del gobierno del presidente Jair Bolsonaro, entre 2019 y 2022. La conclusión del manuscrito destaca que, mismo después del gobierno del presidente Bolsonaro, la reactivación de los movimientos sociales de derecha en el Brasil merece un esfuerzo académico más persistente, especialmente en la línea de las investigaciones sobre la calidad de la democracia.

Palabras-clave: Brasil; Participación Política; Movimientos Sociales.

Depois de uma campanha eleitoral polarizada, tensa e violenta, o presidente Jair M. Bolsonaro foi derrotado nas urnas e, certamente, entregará o poder político a um sucessor, em janeiro de 2023. Entretanto, a surpreendente e massiva votação do referido candidato à reeleição, bem como o estreito resultado do segundo turno – perdendo por menos de 2% dos votos válidos –, sugerem que Bolsonaro continua sendo o líder incontestável da direita político-social brasileira. Outrossim, é cada vez mais claro e evidente que a vitória da direita populista brasileira em 2018 não foi o início de um parêntese ou de um interlúdio, fadado a ser superado nos próximos processos eleitorais, como muitos acreditaram. De fato, o cadinho ou amalgama de forças políticas e sociais que participam do momento bolsonariano – isto é, desde liberais, conservadores e negacionistas, até certos grupos extremistas – continuam coesos e vociferantes, mesmo no período de transição, até a posse do novo governo. Sendo assim, entende-se que, mesmo após o fim do governo de Bolsonaro, o devir da direita política e social representa um desafio teórico-metodológico e empírico para pesquisadores de diferentes especialidades, principalmente para aqueles voltados aos estudos sobre a qualidade da democracia e suas diferentes dimensões – sejam

procedimentais, de resultados e/ou de conteúdo.

Com efeito, o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal) tem representado um desafio altamente significativo no marco dos estudos e pesquisas sobre a qualidade da democracia e suas diferentes dimensões. No atinente à dimensão da participação política – que inclui os movimentos sociais, ações coletivas, ativismo, deliberação – tem-se observado mudanças e continuidades de considerável relevância teórica e empírica. Isso inclui a consolidação e uma maior presença no espaço público de movimentos de orientação liberal, conservadora, extremista, bem como outros que poderiam ser denominados de negacionistas. Esses movimentos tiveram afinidades eletivas com o – então – governo de Brasília e se erigiram nas bases sociais do mesmo. Eis alguns dos antecedentes do momento bolsonariano no Brasil (Rocha, Solano e Medeiros, 2021). Cumpre mencionar que, por razões de espaço, o artigo examina as correlações entre movimentos sociais de direita, participação política e qualidade da democracia na esfera federal. Desdobramentos da temática em termos estaduais ou municipais, ainda que relevantes, não formam parte do problema-objeto deste manuscrito.

O objetivo geral deste ensaio é refletir sobre o desenvolvimento dos movimentos sociais de orientação de direita, durante o mandato do presidente Bolsonaro, entre 2019 e 2022 (Almeida, 2019). A pergunta orientadora do manuscrito é a seguinte: o que aconteceu com os movimentos brasileiros de direita durante o governo do presidente Bolsonaro e quais seriam os principais desdobramentos empíricos e analíticos deles derivados, especialmente sob a perspectiva dos estudos e pesquisas acerca da qualidade da democracia?

O argumento central do ensaio sugere que os movimentos sociais de direita são muito relevantes para o governo brasileiro ao se constituir em canais de comunicação, interação e mobilização, principalmente entre a elite política e a sua base de sustentação popular (Giordano, 2019). Ao mesmo tempo, no concernente à qualidade da democracia, corrobora-se que o tópico dos movimentos sociais e ações coletivas forma parte da dimensão denominada de participação política. Observe-se que, *a priori*, uma alta e crescente participação em movimentos poderia ser considerada como uma tendência positiva e construtiva para a qualidade democrática de uma unidade política. Não obstante, percebe-se que nem todos os subgrupos ou coletivos que

participam dos movimentos da direita brasileira contemporânea são leais ou respeitam a ordem republicana e constitucional vigente. Com efeito, em não poucos episódios, incentivados desde a elite política governante, alguns de tais atores têm demonstrado condutas e posicionamentos claramente autocratizantes, com graves consequências para o conjunto da sociedade brasileira (Avritzer, Kerche e Marona, 2021).

A estrutura interna do ensaio inclui três partes, as considerações finais e as referências. Na primeira parte se apresentam algumas informações teóricas e metodológicas, com ênfase em certas definições de conceitos. Em seguida se avança para a formação de uma tipologia dos subgrupos ou coletivos que participam dos movimentos em referência, com destaque para as orientações ideológicas e características específicas de cada subgrupo. Na terceira parte se pondera sobre alguns temas específicos que poderiam formar parte de uma agenda ampliada de pesquisas sobre o assunto em questão, principalmente no tocante aos mecanismos de recrutamento, à crescente participação de mulheres, às estratégias de mobilização, às vinculações transnacionais de certos movimentos sociais de origem brasileira, e algumas informações e recomendações pragmáticas para

acadêmicos interessados no problema-objeto.

### Preâmbulo teórico-metodológico

Segundo Leonardo Morlino (2017, p. 15), a expressão qualidade da democracia pode ser definida como “aquele ordenamento institucional estável que mediante instituições e mecanismos que funcionam corretamente realiza a liberdade e a igualdade dos cidadãos. ” Pode-se avaliar a qualidade da democracia existente em uma unidade política a partir da medição do grau de respaldo e satisfação dos cidadãos que nela vivem, pelos direitos que gozam, e pelo controle que os cidadãos exercem sobre o poder político; bem como pelos serviços que o Estado oferece aos habitantes de uma nação (Latinobarómetro, 2021; De la Fuente, Kneuer e Morlino, 2020).

É possível e pertinente avaliar os avanços e os desafios das democracias existentes, incluindo suas diferentes dimensões. Nessa linha, os principais modelos teóricos e metodológicos disponíveis para o estudo da qualidade da democracia colocam à participação política

como uma de suas dimensões mais destacadas (Dahl, 2001; Przeworski, 2010). No modelo analítico proposto por Morlino, que é de particular importância para os fins do presente artigo, a participação política – ou simplesmente PP – é uma das oito dimensões fundamentais.<sup>1</sup> Concretamente, a participação política é definida nos seguintes termos (Morlino, 2017, p. 24s):

A participação pode definir-se como o conjunto total de comportamentos – convencionais ou não-convencionais, legais ou no limite da lei – que permitem os homens e as mulheres, de forma coletiva e individual, criar, reviver, ou fortalecer a identificação grupal, ou tratar de influir no recrutamento ou nas decisões das autoridades políticas (representativas ou governamentais) para manter ou mudar a alocação dos valores existentes [tradução livre].

Quer dizer, desde a perspectiva dos estudos sobre a qualidade da democracia, a participação política inclui o conjunto das atividades que os cidadãos realizam, tanto de forma convencional (eleitoral e cívica)<sup>2</sup> como não-convencional (abaixo-assinados, petições, manifestações, boicotes e protestos), para influenciar nos processos de tomada de decisão do governo. Note-se que dita participação pode ser realizada tanto

<sup>1</sup> Segundo Morlino (2017), as oito dimensões disponíveis para o estudo da qualidade da democracia são as seguintes: Estado de Direito (ED), Prestação de Contas Eleitoral (PCE), Prestação de Contas Inter-institucional (PCII), Participação Política (PP), Competição Política (CP), Responsividade (R), Liberdade (L), e Igualdade/Solidariedade (I/S). As cinco primeiras dimensões são de procedimentos ou processuais, posto que concerne às instituições; a sexta dimensão é de resultado; e as duas últimas dimensões são de conteúdo.

Perceba-se que a participação política é uma das dimensões processuais no marco dos estudos sobre a qualidade da democracia.

<sup>2</sup> A participação política convencional (eleitoral e cívica) inclui as seguintes atividades: exercer o direito de voto, participar de comícios eleitorais, apoiar financeiramente um candidato ou partido, convencer outros cidadãos a votar em determinado candidato ou ser membro de uma comissão eleitoral (Dahl, 2001; Przeworski, 2010; Tilly, 2006).

por mecanismos ou canais regulados ou institucionalizados, como também por instância não-convencionais, sendo que estas últimas são de particular interesse para os fins do presente estudo já que inclui o referente aos movimentos sociais (Tarrow, 2005; Garza e Sánchez, 2017). Em tal sentido, concorda-se com Maria da Glória Gohn (2011, p. 335s) no sentido de que, conceitualmente, a expressão movimento social pode ser definida nos seguintes termos,

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas [...]. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade.

Nas sociedades contemporâneas – inclusive no caso brasileiro – é possível identificar a presença de inúmeros movimentos sociais (Tarrow, 2009). Alguns deles podem ser considerados tradicionais: sindicatos, associações profissionais e empresariais, organizações religiosas,

associações de vizinhos, organizações rurais, coletivos de mulheres, movimentos étnicos e raciais (negros, indígenas). Mais recentemente, surgiram os chamados novos movimentos sociais, especialmente no campo da proteção ambiental (sustentabilidade, direitos dos animais), moradia (direito à cidade; atingidos por hipotecas, inundações e desastres naturais), saúde, promoção dos direitos humanos, economia solidária (proteção ao consumidor), cultura (contracultura), sexualidades dissidentes, aposentados, migrantes (organizações transnacionais), entre outros. Note-se que os movimentos sociais utilizam diferentes estratégias de organização e mecanismos de pressão. Algo semelhante acontece com seus valores, reivindicações e estilo de relacionamento com o Estado e com o restante da sociedade. O estudo dos movimentos sociais e das ações coletivas é um tema de interesse especialmente da Sociologia e, em menor medida, da Ciência Política, História, Direito ou Antropologia (Gohn, 2008).

Junto ao anterior, é pertinente refletir muito brevemente sobre o conceito de Direita (Bobbio, 2012; Traverso, 2018). Para os fins do presente ensaio, é suficiente constatar que dita expressão sugere o reconhecimento e o apoio à ordem sociopolítica e jurídica existente, ao capitalismo de livre mercado, às instituições

e valores morais tradicionais com forte conteúdo religioso, ao patriotismo, e à aceitação e reconhecimento da hierarquia e de uma desigualdade social natural. Sabe-se que o conceito contemporâneo de Direita surgiu no contexto da Revolução Francesa, entendida como os partidários do monarca; posteriormente da burguesia ascendente como classe dominante. Desde então, tal expressão tem experimentado mutações e adaptações. Atualmente, por exemplo, discute-se acerca da possível existência de uma “nova” direita no continente e no mundo (Bolcotto e Souroujon, 2020).

Assim, a expressão Direita pode ser entendida como uma posição político-social e econômica de apoio à ordem vigente; quer dizer, uma ordem que atende aos interesses estratégicos da classe dominante burguesa e de seus aliados internos ou externos. Isso inclui uma defesa apaixonada da propriedade privada, da liberdade (libertarianismo), de certas instituições ideológicas tradicionais, e um modelo de Estado de Direito com forte conotação classista. Assim, o pensamento sociopolítico e econômico de Direita geralmente tem considerável ressonância nos meios empresariais, religiosos, de defesa e segurança pública, latifundiários, profissionais liberais (classe média), e algumas camadas da pequena burguesia e do setor informal (Iglesias e Lucca, 2020).

Convém acrescentar que dentro do espectro sociopolítico da Direita normalmente convivem em tensão diferentes subgrupos. Alguns desses subgrupos direitistas, especialmente os liberais e, em menor medida, os conservadores, parecem serem leais às instituições democráticas e republicanas. Outros subgrupos direitistas, entretanto, abraçam condutas extremistas, autoritárias e ameaçadoras para a qualidade democrática. Da mesma forma, é importante registrar que a identidade política e social da Direita é permanentemente reconstruída no contexto de interação com outras posições do espectro político-ideológico existente, principalmente em relação às reivindicações de posições de esquerda e de centro (V-Dem, 2022; Lührmann e Lindberg, 2019).

### **Movimentos sociais e atores coletivos brasileiros de direita: em busca de uma tipologia**

Na base sociopolítica do bolsonarismo podem ser identificados diferentes movimentos e atores coletivos, alguns bastante antigos, outros ativados especialmente desde as assim chamadas jornadas de protestos de 2013 e eventos subsequentes (Valente *et al.*, 2020). Convém adiantar que, no espectro de movimentos e atores coletivos em questão,

convivem subgrupos que merecem ser identificados. Acontece que, ao longo do mandato do presidente Bolsonaro, as relações entre tais subgrupos não estiveram isentas de contradições, competições, convergências, divergências e até rupturas. Em termos operacionais, tais subgrupos de orientação direitista podem ser catalogados como: liberais, conservadores, extremistas e um quarto subgrupo que, por falta de um termo melhor, poderia ser chamado de negacionistas (Blee, 2021; Pleyers, 2015).

Entre os liberais, destacam-se movimentos e atores que reivindicam o capitalismo, o livre mercado e iniciativa, a propriedade privada e certas reformas econômicas (desestatização, privatização, desregulamentação). Com alguma inspiração libertária – especialmente de autores como Friedrich von Hayek, Milton Friedman ou Robert Nozick, bem como da denominada Sociedade Mont Pèlerin –, grupos e centros de pesquisa, geralmente de origem empresarial, têm incidido em algumas das políticas do – então – governo de Brasília. Nesse contexto, as associações e coletivos vinculados particularmente às atividades agropecuárias, extrativistas (madeireiros e mineradores), industriais e do setor de serviços têm sido especialmente significativos.

*Mutantis mutandis*, tais libertarianos – ou anarcocapitalistas – têm proposto a

privatização de empresas (redução do intervencionismo estatal), certas reformas sociais (focalizadas) e administrativas (desburocratização), a redução da carga tributária e maior eficiência no gasto público. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, era um de seus porta-vozes. O Instituto Millennium continuou sendo uma das instituições nessa linha de pensamento desde antes das eleições de 2018. Ao comparar o que foi anunciado com as decisões efetivamente implementadas no momento bolsonariano, é bem provável que esse subgrupo tivesse desejado impulsionar muitas outras reformas liberais durante o mandato. No entanto, é surpreendente notar que ao longo do período presidencial em questão houve algumas resistências da classe política, principalmente no Congresso, além do conjunto da sociedade, de maneira especial em um momento de crise sanitária global. Posto isso, é significativo que, ao menos no discurso político-ideológico, o presidente Bolsonaro se apresentou como candidato a reeleição precisamente pelo Partido Liberal (direita).

Um segundo subgrupo de movimentos e atores coletivos que deram sustentação ao governo do presidente Bolsonaro foram os conservadores, especialmente alguns de origem religiosa e neomonarquista. Apesar das duvidosas credenciais conservadoras do presidente e

de seu entorno de assessoramento, ao menos no sentido identitário e da cultura política local teria existido afinidade eletiva e algum oportunismo entre as partes. Geralmente, os grupos cristãos conservadores reivindicam certo tradicionalismo e até fundamentalismo nas relações entre Estado e sociedade. Em outras palavras, trata-se de considerar os princípios religiosos no exercício do poder político. Além disso, eles se opõem em diferentes graus de intensidade às pautas dos direitos reprodutivos das mulheres (aborto), eutanásia, ou certos direitos civis (divórcio, casamento entre pessoas do mesmo sexo) (Miguel, Biroli e Mariano, 2017). Ao mesmo tempo, alguns representantes dessa ala bolsonarista enfatizam a importância do ensino domiciliar, de uma generosa regulamentação para as entidades religiosas afins, e da assimilação/incorporação das minorias às leis da maioria. Do lado dos neomonarquistas, propõe-se analisar a possibilidade de um idealizado retorno aos valores e à experiência imperial do Brasil durante o século XIX.

Em retrospectiva, o apoio de Bolsonaro a conservadores religiosos e monarquistas, e vice-versa, foi importante, relevante e significativo. Certos líderes conservadores tornaram-se conselheiros do presidente. Outros se envolveram em

polêmicas atividades de intermediação ou *lobby* para obter benefícios adicionais para as instituições de origem e para si mesmos (Bonin, 2022). O assunto é ainda mais relevante quando se verifica que os eleitores evangélicos têm sido bastante fiéis ao presidente (Almeida, 2020). Da mesma forma, deve-se destacar que, provavelmente dentro das próximas duas décadas, o Brasil se transformará em um dos primeiros países latino-americanos de maioria evangélica. Dito isso, vale registrar alguma preocupação com a crescente relativização dos princípios de laicidade do Estado e do republicanismo no Brasil. Lembre-se que ambos são tópicos importantes no contexto da qualidade da democracia. Destarte, entende-se que uma excessiva presença de lideranças conservadoras – principalmente de origem religiosa e monarquista – acabou representando até uma ameaça de erosão democrática em virtude de eventuais casos de abuso de poder ideológico e político.

Um terceiro subgrupo de atores coletivos participantes no momento bolsonariano foram – e continuam sendo – agrupamentos extremistas, de raízes claramente autoritárias, integralistas, milicianas e incluso paramilitares (Alonso, 2021; Frazão, 2022). Ao longo do referido mandato presidencial, tais grupos não hesitaram em reivindicar reiteradamente um virtual autogolpe no Brasil, com o eventual

fechamento do parlamento e do Supremo Tribunal Federal, entre outras iniciativas semelhantes. Eis o caso do agrupamento autodenominado de: 300 do Brasil. Vale destacar que tais grupos, ainda que extremistas e reacionários, contaram com o apoio, simpatia e tolerância explícita e implícita do chefe do Poder Executivo e assessores. Da mesma forma, foi possível identificar uma tendência de militarização do Estado, bem como uma acelerada politização das próprias forças armadas e de outros órgãos de segurança pública. Uma quantidade desproporcionalmente elevada de militares e policiais foi convidada a ocupar cargos de confiança em diversos órgãos governamentais. Tratou-se de uma virtual captura e remilitarização do Estado brasileiro, comparativamente superior àquilo observado durante o próprio governo burocrático-autoritário predominante no país entre 1964 e 1985.

Convém acrescentar que o presidente Bolsonaro é um ex-capitão do Exército reformado. Durante grande parte de sua carreira política, ele se identificou com as reivindicações corporativistas, pecuniárias e identitárias de militares e corpos de segurança pública. Ademais, o aludido presidente não duvidou em assumir como suas as realizações, os abusos e os crimes do regime militar do passado, bem como de grupos integralistas claramente

reacionários (Dalmonte e Dibai, 2019). Eis um discurso hobbesiano, de "mão dura" e autocratizante que repercutiu em determinados estratos da sociedade. Isso incluiu uma maior permissividade no concernente à aquisição de armas de fogo e uma tentativa de militarização da sociedade. Outrossim, registrou-se considerável condescendência e tolerância diante de desvios de conduta de policiais e militares, populismo punitivo (penal), e possivelmente o monitoramento irregular de movimentos sociais adversos ao titular do palácio do Planalto.

Um quarto subgrupo de movimentos e atores coletivos com afinidades eletivas mais ou menos explícitas ao momento bolsonariano acabou sendo integrado por um grupo amorfo de negacionistas, principalmente aqueles de inspiração olavista (Guerreiro e Almeida, 2021). Note-se que Olavo de Carvalho foi um importante intelectual orgânico do bolsonarismo, chegando a ser considerado como um possível guru do mandatário e seu entorno. Ainda que uma análise mais cuidadosa sugira que seu discurso público é claramente contraditório, irregular, irracional e paradoxal, o olavismo e seus ensinamentos chegaram a ter certa ressonância e destaque entre grupos negacionistas de direita, especialmente no caso do assim chamado movimento

antivacina; quer dizer, um dos mais surpreendentes, polêmicos e conflitantes.

Com relação ao movimento antivacina é pertinente lembrar que, desde a perspectiva da saúde coletiva, o Brasil tem uma longa e bem-sucedida trajetória de campanhas de vacinação, especialmente desde a década de 1970 (Souza *et al.*, 2021). O Programa Nacional de Imunizações-PNI ganhou ao longo dos anos enorme respeito e reconhecimento nacional e internacional. No entanto, no dramático contexto da pandemia da Covid-19, observou-se o surgimento de células negacionistas contrárias à obrigatoriedade da vacinação geral da população – particularmente de crianças e adolescentes – sob o argumento de risco à saúde (princípio de precaução) e defesa dos direitos individuais (libertarianismo).

Salvo melhor interpretação, esses argumentos negacionistas e antivacinação, principalmente em uma época de emergência sanitária global, eram factóides anticientíficos e possivelmente inspirados em modelos estrangeiros (González-Block *et al.*, 2022). Além disso, esse posicionamento antivacinação brasileiro foi induzido, incentivado e até patrocinado pelo presidente da República e apoiadores. Acontece que Bolsonaro e correligionários se manifestaram publicamente de forma inadequada com

relação aos benefícios da vacinação em massa da população, além de estimular o uso de remédios e tratamentos sem eficácia comprovada.

Esses posicionamentos negacionistas acabaram provocando gravíssimas consequências sanitárias, conforme documentado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal (2021), formada para apurar as ações e omissões do governo brasileiro no assunto. Em retrospectiva, difícil será quantificar e qualificar as vítimas brasileiras da pandemia de Covid-19 que foram a óbito ou permanecem com graves sequelas após serem induzidas ao erro e a comportamentos de risco sanitário em função de confiar e atender às – antirrepublicanas – declarações e discursos de autoridades políticas e de porta-vozes de movimentos negacionistas antivacinação (Rochel de Camargo, 2020).

Padrões de conduta semelhantes puderam ser observados em outros movimentos sociais e atores coletivos de direita geralmente catalogados como negacionistas. Tal o caso da maior parte das associações de garimpeiros – isto é, indivíduos e agrupamentos dedicados a atividades mineiro-extrativistas ilegais, que ameaçam o meio ambiente e a vida de populações ribeirinhas e indígenas e suas tribos, principalmente na região amazônica

–; madeireiros envolvidos em atividades ilegais de desmatamento; grileiros dedicados à invasão e ocupação irregular de propriedades urbanas e rurais; além do peculiar caso dos assim chamados terraplanistas – coletivo que acolhe por volta de 7% da população adulta brasileira (Garcia, 2019). Em geral esses movimentos negacionistas apresentam uma tendência de identidade e cultura política mais próxima da direita brasileira contemporânea. Nesse diapasão, eles procuraram respaldar as políticas públicas impulsionadas pelo citado governo e receberam alta e crescente consideração de seus interlocutores.

Entre os movimentos negacionistas também é possível identificar aos supremacistas, neonazistas, milenaristas, certas tribos urbanas, alguns segmentos identificados com a cultura de direita “raiz” e aristocratas (Rennó, Avritzer e Carvalho, 2021). Por mais absurdas que algumas de tais reivindicações coletivas possam parecer, elas não devem ser simplesmente desdenhadas ou descartadas. Observe-se, por exemplo, que o Museu do Holocausto (2021), entidade que monitora atividades antissemitas no Brasil, tem alertado para a ascensão de células claramente neonazistas no país, nos seguintes termos: “é espantoso que não haja uma semana que o Museu do Holocausto de Curitiba não tenha que denunciar ou

repudiar um discurso antissemita, um símbolo nazista ou ato supremacista [no] Brasil, [em] pleno 2021. São atos que ultrapassam qualquer limite de liberdade de expressão.” De fato, mais de 300 células supremacistas e neonazistas têm sido catalogadas no Brasil contemporâneo, principalmente nos Estados meridionais do país.

Em síntese, para além da disputa política cotidiana governo-oposição, das peculiaridades estaduais e municipais dentro de um Estado federal de extensão continental ou do pensamento de certos intelectuais, é evidente que o bolsonarismo manteve uma poderosa base de sustentação sociopolítica. Tais movimentos e atores coletivos podem se localizar em diferentes pontos do espectro da direita brasileira. Alguns desses grupos demonstraram alguma lealdade ao projeto democrático e republicano. Outros, ao contrário, em virtude de suas raízes e trajetória autoritária e reacionária, se erguem como ameaças claras, diretas e sem paliativos às instituições democráticas do país, principalmente aquelas que reivindicam um autogolpe, com o fechamento temporário do parlamento e dos tribunais superiores, e de outras medidas semelhantes (Pereyra Doval, 2021).

Vale insistir que a convivência entre tais subgrupos foi bastante dinâmica ao

longo do governo do presidente Bolsonaro. Na verdade, tal coexistência não foi isenta de contradições, convergências e rupturas. Certos aliados sociais de primeira hora caíram em desgraça e acabaram sendo substituídos (Singer, 2021). Seja como for, o presidente Bolsonaro conseguiu com algum sucesso se manter como o principal interlocutor e líder da direita social no país, mesmo após a derrota nas urnas, em outubro de 2022.

### **A recomposição da agenda de pesquisa: desafios e oportunidades**

Desde uma perspectiva acadêmica, o devir dos movimentos sociais e atores coletivos de direita no Brasil contemporâneo representa um importante desafio de pesquisa. Para os fins deste artigo, é suficiente deixar consignados pelo menos quatro desafios e oportunidades de pesquisa particularmente relevantes: os mecanismos de recrutamento, formação de quadros e socialização; a participação cada vez mais ativa de mulheres nos movimentos sociais de direita; as estratégias de mobilização, divulgação e propaganda; e a participação de lideranças brasileiras nas organizações transnacionais de movimentos de direita (Gallo-Gómez e Jurado-Castaño, 2020; Pinillos *et al.*, 2022).

Em relação ao primeiro ponto mencionado acima, é importante estudar e

compreender melhor os mecanismos de recrutamento de novos líderes, dirigentes, quadros e simpatizantes da direita social brasileira. Isso inclui instituições religiosas, os meios empresariais, algumas organizações de vizinhos, associações militares, policiais e semelhantes, certos meios de comunicação de massa e ciberativismo (redes sociais), bem como centros de formação política de partidos e até algumas instituições educacionais. Em última instância, ditos mecanismos de recrutamento nos leva a pensar sobre as correlações entre tais organizações sociais e os partidos políticos de direita no Brasil. Eis o caso, entre outros, do partido Republicanos, frequentemente considerado como um virtual braço político da Igreja Universal do Reino de Deus. Ainda que isso possa vulnerar o princípio da laicidade do Estado e até mesmo um potencial abuso de poder ideológico, tais vinculações são importantes para a direita brasileira. Evidentemente, algumas correlações semelhantes ou comparáveis entre movimentos sociais e partidos políticos também podem ser identificadas no caso de associações e partidos de esquerda e de centro no país (Gurza Lavalle *et al.*, 2018).

A alta e crescente participação de mulheres em cargos de liderança de movimentos sociais e atores coletivos direitistas é outro dos desafios de pesquisa

(Blee e Creasap, 2010). Acontece que um crescente número de mulheres, em sua maioria com antecedentes em instituições religiosas, empresariais, de entretenimento e do mundo jurídico, passou a ter considerável ressonância sociopolítica durante o governo do presidente Bolsonaro. Isso contrasta, até certo ponto, com o predomínio patriarcal, misógino e discriminatório – isto é, machista e antifeminista – predominante nas elites das organizações sociais direitistas brasileiras (Miguel, 2021). Considere-se, nesse sentido, o caso da ativista Sara Fernanda Giromini – popularmente conhecida como Sara Winter –, que liderou o já mencionado movimento dos 300 do Brasil, coletivo extremista que reivindicava um virtual autogolpe, que acabou sendo presa por ordem do Supremo Tribunal Federal sob acusação de ameaça à segurança nacional, e que está atualmente em liberdade condicional.

Simultaneamente, mulheres conservadoras brasileiras têm assumido alguma liderança e publicidade em reivindicações contrárias ao feminismo – principalmente no concernente aos direitos reprodutivos, diretrizes de costumes, valores e moralidade com foco nas famílias e temáticas conexas (Giordano e Rodríguez, 2020). Esse foi o caso da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e

senadora eleita, Damares Alves. Com formação em instituições evangélicas e privilegiada interlocução e mediação entre o governo e os movimentos religiosos brasileiros, a ex-ministra, pastora e senadora eleita Damares Alves tornou-se uma das lideranças mais populares do momento bolsonariano.

Resta saber se essas lideranças conservadoras representam uma mudança efetiva ou verdadeira na direita local ou se, ao contrário, se trata de mudanças superficiais e cosméticas, no meio de um coletivo tradicionalmente patriarcal, misógino e discriminatório contra as mulheres e minorias de orientação sexual. Sendo assim, vale a pena indagar o porquê esse número crescente de mulheres está ingressando em movimentos e coletivos de direita no Brasil contemporâneo, inclusive em postos intermediários e de liderança.

As estratégias de mobilização, divulgação e propaganda das organizações de direita brasileiras também é um assunto que merece mais atenção dos pesquisadores. Ocorre que essas estratégias de mobilização e comunicação social têm sido extremamente efetivas, particularmente em momentos de campanhas eleitorais como as realizadas em 2018 (eleições gerais), 2020 (eleições municipais) e 2022 (eleições gerais). Tais estratégias incluem tanto ações coletivas,

participação política não-convencional e outras atividades presenciais, quanto ciberativismo (Rennó, 2020).

As ações coletiva de mobilização abrangem as seguintes alternativas e possibilidades: pedir apoio a uma organização civil ou partido político, formar comissões de bairro, e pedir ajuda a deputados e senadores. Outrossim, coletar assinaturas ou apoiar abaixo-assinados, cartas ou petições, ligar para um programa de rádio ou televisão, ou escrever para o presidente, ao chefe de governo estadual ou ao chefe municipal. Da mesma forma, colocar faixas, cartazes ou fotografias, enviar circulares, panfletos ou manifestos, ou contatar pessoas com influência. Igualmente, intervir em manifestações permitidas pela lei (plantões), participar de greves (legais e ilegais), ocupar prédios, bloquear o trânsito, pintar paredes com mensagens políticas, danificar a propriedade de alguém, ou exercer violência contra as pessoas (forçando-as a ajustar os comportamentos desejados). Algumas ações podem ser individuais, por exemplo: assinar petições para uma autoridade, realizar uma atividade solidária ou fazer reivindicações a uma empresa pública ou privada. Entretanto, outras iniciativas podem ser coletivas: participar de uma passeata, declarar desobediência civil, boicotar produtos por motivos

político-sociais ou contribuir com ações diretas (Ribeiro, Borba e Fuks, 2022).

Por sua vez, o ciberativismo, entendido como estratégia de mobilização nas redes sociais da Internet, também tem contribuído para a formação de inúmeras comunidades virtuais e a construção de uma identidade de direita que anteriormente era discreta, acanhada e tímida. De fato, antes das jornadas de protestos de 2013 e eventos subsequentes, poucos movimentos e atores coletivos brasileiros se identificavam publicamente como direitistas, conservadores ou fundamentalistas. Tais manifestações de cultura e identidade política da direita brasileira têm se transformado rapidamente. Assim, mesmo no contexto da pandemia de Covid-19 (Avritzer e Rennó, 2021), tais ações de ciberativismo têm conseguido reativar estratos outrora silenciosos, indiferentes ou inclusive autoritários, e convencê-los de que a direita bolsonarista lhes representa e defende seus interesses e reivindicações.

Note-se que o ciberativismo permite que seus adeptos usufruam de algum grau de segurança e anonimato para lidar com questões de interesse comum, sem colocar em grave risco sua reputação ou relações familiares e de trabalho. Na pauta do ciberativismo de direita se incluem desde tópicos econômicos a questões de direitos civis, bem-estar social, política criminal ou

questões conexas (Alcántara, 2020; Pinto e Moraes, 2020). Da mesma forma, as redes virtuais permitem a criação de pequenas e grandes comunidades, a troca de informações, bem como certa camaradagem e interação a distância, detalhe importante em um país com as dimensões continentais do Brasil. Ou seja, são espaços alternativos de socialização, especialmente para os grupos mais extremistas e semi-clandestinos. Neles é possível construir um senso de coletividade e identificação, compartilhar símbolos, gestos e sinais, além de promover competências e habilidades específicas (Morais, Oliveira e Moraes, 2021).<sup>3</sup>

Vale acrescentar que, em meio às estratégias de mobilização mencionadas, ocorreram episódios de divulgação de notícias falsas – ou *fake news* (Ribeiro e Ortellado, 2018) – aprovadas pelos mais altos assessores do governo do presidente Bolsonaro. Isso resultou em algumas contestações legais ao chamado “gabinete do ódio” e às “milícias digitais”, supostamente chefiadas por um dos filhos do presidente, isto é, o vereador Carlos Bolsonaro. Note-se que tais discursos de ódio e notícias fraudulentas constituem uma clara ofensa ao regime democrático e republicano brasileiro. Em outras palavras,

a disseminação de notícias falsas, desinformação e semelhantes, com tolerância e patrocínio governamental, é certamente uma ameaça adicional de erosão da qualidade da democracia e de autocratização (Botelho, Okado e Bonifácio, 2020).

Por último, mas não menos importante, aparece a questão das organizações transnacionais de direita com expressiva participação de lideranças brasileiras. Em meio a uma suposta guerra cultural contra os inimigos da civilização ocidental e cristã, alguns líderes brasileiros têm se destacado por suas atividades e conexões transnacionais, especialmente em termos sul-americanos, ibero-americanos, hemisféricos e globais (Iglesias *et al.*, 2021). Vale lembrar que o presidente Bolsonaro apresenta afinidades eletivas com lideranças de direita, especialmente com os atuais governantes Vladimir Putin, Viktor Orbán e Narendra Modi, com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, com o vice-presidente italiano Matteo Salvini, com os ex-presidentes Donald Trump, Sebastián Piñera e Mauricio Macri, e com outros líderes da direita populista social e política mundial (Ashee *et al.*, 2020).

manifestações de direita são predominantes nas redes sociais e na Internet (Ortellado, Ribeiro e Zeine, 2022).

<sup>3</sup> Pesquisas sobre ciberativismo sociopolítico no Brasil sugerem que, ao considerar as correlações ideológicas centro-esquerda-direita, a presença de temas e

Uma das entidades transnacionais mais significativas da direita ibero-americana tem sido o chamado Foro de Madri, criado em 2020, com expressiva participação do deputado federal e filho do presidente brasileiro Eduardo Bolsonaro. O repertório do Foro de Madri reproduz basicamente as reivindicações dos movimentos sociais e atores coletivos que dizem estar em uma guerra cultural contra o comunismo, os progressistas, as abortistas, os desajustados sociais, os globalistas, entre outros. Daí que o referido agrupamento é frequentemente considerado antagônico e contraponto tanto ao Foro de São Paulo quanto ao Grupo de Puebla. A internacionalização de instituições religiosas e de certas entidades sociais de origem brasileira – como o movimento Tradição, Família e Propriedade –, também são desafios importantes, até mesmo por terem capacidade de mobilizar recursos transnacionais em prol de suas atividades sociopolíticas no país (Traverso, 2018).

Consequentemente, há lacunas de conhecimentos que poderiam ser assumidas por novas gerações de pesquisadores especializados em movimentos sociais de direita no Brasil. Parece pertinente ponderar que, do ponto de vista metodológico, o estudo e a pesquisa dos movimentos sociais

de direita suscitam preocupações específicas para os analistas de numerosos países do continente e do mundo, principalmente no momento da coleta de dados primários. Ao contrário do que se observa nos movimentos de esquerda e centro,<sup>4</sup> que costumam ser muito mais simpáticos e receptivos aos pesquisadores sociais, os atores coletivos da direita geralmente são muito menos acessíveis ou compreensivos. Vale lembrar que em muitos desses casos predominam o desejo, a votante e a preferência pelo sigilo e pelo anonimato, principalmente nas organizações mais extremistas, que incluem em seu repertório ações violentas, criminosas e/ou discriminatórias. Nesse contexto, os pesquisadores sociais – especialmente sociólogos e cientistas políticos – são geralmente encarados com certa desconfiança, ceticismo, hostilidade e rejeição.

Portanto, é necessário que os pesquisadores levem em consideração sua segurança pessoal e até ponderações éticas no momento da coleta de dados, bem como na fase de divulgação dos resultados. Por conseguinte, muitas vezes os pesquisadores têm que abordar seu problema-objeto consultando fontes de acesso público, incluindo portais da Internet, discursos e

<sup>4</sup> É o caso dos movimentos urbanos (sem teto), rurais (sem terra), ambientalistas, feministas, indigenistas, negros,

sindicalistas, estudantis, para citar alguns (Alonso, 2009).

declarações de líderes e simpatizantes, panfletos etc. Obviamente, tais fontes são legítimas. Mas podem se tornar insuficientes para compreender o *ethos* e a dinâmica do que se busca, especialmente o pensamento e a motivação de seus líderes, dirigentes, quadros, militantes e simpatizantes.

### Considerações finais

Na perspectiva morliniana para o estudo da qualidade da democracia, o concernente aos movimentos sociais é um dos temas que fazem parte da dimensão da participação política. Concretamente, a participação em movimentos sociais faz parte de iniciativas cidadãs não-convencionais, como o ciberativismo, petições, marchas, protestos, boicotes, desobediência civil, greves, entre outras (Arbache, 2014).<sup>5</sup> Na última década, a participação em movimentos e ações coletivas tem sido bastante intensa e vertiginosa, principalmente no caso de organizações de orientação direitista. De fato, pelo menos desde as jornadas de protestos de junho de 2013 e da irregular interrupção do mandato de Dilma Rousseff em 2016, a “nova” direita brasileira tornou-se uma força político-social muito

poderosa, competitiva e influente (Santos e Tanscheit, 2019).

Eleito por procedimentos democráticos, o presidente Bolsonaro fez parte de uma corrente de líderes de direita que conseguiram promover uma agenda político-social conservadora. O governante brasileiro iniciou seu mandato em janeiro de 2019, com considerável apoio popular, principalmente de movimentos sociais e atores coletivos conservadores, liberais, negacionistas, e até extremistas. Desde então, o Brasil conviveu com um momento bolsonariano que, mesmo após o resultado adverso nas eleições gerais de outubro de 2022, continuará sendo importante. Com efeito, esse momento bolsonariano representa um desafio analítico significativo e transcendente, principalmente na perspectiva dos estudos e pesquisas sobre a qualidade da democracia, participação política e movimentos sociais (Mounk, 2019).

Dentro do espectro da direita brasileira é analiticamente aconselhável identificar certos subgrupos específicos. Entre estes certamente se destacam os liberais – ou libertarianos –, conservadores e extremistas. Um quarto subgrupo incluiria aqueles que, por falta de uma melhor forma

segunda é convergente com as demandas sociais das minorias de orientação sexual e do movimento feminista; consequentemente, ela geralmente apresenta alguns questionamentos ao discurso bolsonarista.

<sup>5</sup> Entre 2019 e 2022, duas das maiores expressões de participação política não-convencional no Brasil foram a Marcha para Jesus e a Parada do Orgulho LGBTQIA+. A primeira tem conotação religiosa (evangélica), e tem tido a presença constante do presidente Bolsonaro. A

de catalogação, são chamados de negacionistas. *Grosso modo*, estima-se que a direita social e política brasileira representa atualmente cerca de 40-45% do eleitorado e da sociedade, em conformidade com os resultados das mais recentes eleições (Villarreal, 2022).

Em suma, embora com nuances e algumas contradições internas, os movimentos de direita mantiveram seu apoio ao governo do presidente Bolsonaro, incluso após o insucesso na competição pela reeleição presidencial imediata. Esse respaldo sociopolítico se refletiu em manifestações, ciberativismo, recrutamento de novos quadros e simpatizantes e na mobilização de recursos humanos, financeiros e materiais. Assim sendo, é bastante plausível que essa reativação da direita social brasileira continuará em ascensão, mesmo após o fim do atual período presidencial.<sup>6</sup>

Por tanto, infere-se da experiência brasileira recente que o estudo dos movimentos sociais de direita é um desafio importante, relevante e transcendente. Compreender melhor suas ações coletivas, estratégias de socialização e recrutamento, as correlações entre movimentos sociais e partidos políticos da mesma orientação

ideológica, a alta e crescente participação de mulheres em cargos de liderança, as estratégias de mobilização – presenciais e virtuais – ou o impacto da experiência brasileira nos países vizinhos, são algumas possibilidades de uma agenda de pesquisa ampliada. Observe-se que o assunto é ainda mais urgente no contexto de um processo de erosão da democracia brasileira, identificada por inúmeros institutos e pesquisadores especializados no assunto (V-Dem, 2022; Idea, 2021a; Idea, 2021b). Assim, entende-se que haveria evidência suficiente como para corroborar, pelo menos temporariamente, o argumento básico deste ensaio de interpretação.

### Referências bibliográficas

ALCÁNTARA, Manuel. “El estudio de la política en la era digital”. *Estado abierto*, v. 4, n.2, pp. 143-170, 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de. “Evangélicos à direita”. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 58, pp. 419-436, 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de. “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira.” *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, pp. 185-213, 2019.

ALONSO, Angela. “La reacción patriota en Brasil”. *Población & Sociedad*, v. 28, n. 2, pp. 8-28, 2021.

<sup>6</sup> Resta saber se, após o fim de seu mandato, Jair Bolsonaro terá interesse e disposição para continuar na vida pública, encabeçando às forças políticas opositoras ao terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Cumpre acrescentar que a direita brasileira tem lideranças

emergentes que poderiam vir a substituir o expresidente, tal o caso de Sergio Moro, Hamilton Mourão, Beatriz Kices, Damares Alves, Tarcísio de Freitas o Romeu Zema.

ALONSO, Angela. “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. *Lua Nova*, n. 76, pp. 49-86, 2009.

ARBACHE, Guilherme Pires. “Determinants of non-conventional participation in Brazil”. *Política e Sociedade*, v. 13, n. 28, pp. 269-304, 2014.

AVRITZER, Leonardo, KERCHE, Fábio, MARONA, Marjorie. *Governo Bolsonaro. Retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

AVRITZER, Leonardo, RENNÓ, Lucio. “The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil”. *Journal of Politics in Latin America*, v. 13, n. 3, pp. 442-457, 2021.

ASHE, Stephen et al. *Researching the Far Right*. Londres: Routledge, 2020.

BLEE, Kathleen. “Women in white supremacist extremism”. *European Journal of Politics and Gender*, v. 4, n. 2, pp. 315-317, 2021.

BLEE, Kathleen, CREASAP, Kimberly. “Conservative and Right-Wing Movements”. *Annual Review of Sociology*, n. 36, pp. 269-286, 2010.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOLCATTO, Andrea, SOUROUJON, Gastón. *Los nuevos rostros de la derecha en América Latina. Desafíos conceptuales y estudios de caso*. Santa Fé: Ediciones UNL, 2020.

BONIN, Robson. “Aliados dizem que corrupção no MEC foi de pastores, não de Milton Ribeiro”. *Veja*. 2022 (28 de junho). Disponível em [https://veja.abril.com.br/coluna/radar/aliados-dizem-que-corrupcao-no-mec-foi-de-](https://veja.abril.com.br/coluna/radar/aliados-dizem-que-corrupcao-no-mec-foi-de-pastores-nao-de-milton-ribeiro/)

[pastores-nao-de-milton-ribeiro/](https://veja.abril.com.br/coluna/radar/aliados-dizem-que-corrupcao-no-mec-foi-de-pastores-nao-de-milton-ribeiro/). Acesso em 19 nov. 2022.

BOTELHO, João Carlos Amoroso, OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo, BONIFÁCIO, Robert. “O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos.” *Revista de Estudios Sociales*, n. 74, pp. 41-57, 2020.

DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DALMONTE, Edson, DIBAI, Priscilla. “A direita radical 'bolsonarista': da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção.” *IdeAs*, n. 14, pp. 1-21, 2019.

DE LA FUENTE, Gloria, KNEUER, Marianne, MORLINO, Leonardo. *Calidad de la Democracia en América Latina: una nueva mirada*. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2020.

FRAZÃO, Felipe. “Flávio Bolsonaro diz que é impossível conter reação de apoiadores a resultado de eleições”. *O Estado de São Paulo*. 2022 (30 de junho). Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/flavio-bolsonaro-diz-que-e-impossivel-conter-reacao-de-apoiadores-a-resultado-de-eleicoes/>. Acesso em 19 nov. 2022.

GALLO-GÓMEZ, Juan Camilo, JURADO-CASTAÑO, Pedro Alejandro. “Movilizando el demos en la crisis. Populismo y movimientos sociales en la época de la pospolítica”. *Revista de Estudios Sociales*, n. 74, pp. 58-70, 2020.

GARCIA, Rafael. “7% dos brasileiros afirmam que a Terra é plana, mostra pesquisa”. *Folha de São Paulo*. 2019 (14 de julho). Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/7-dos-brasileiros-afirmam-que-terra-e-plana-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em 19 nov. 2022.

- GARZA, Manuel, SÁNCHEZ, Ever. "Reflexiones epistemológicas en torno al concepto movimientos sociales: negación y construcción cotidiana de un mundo otro". *Revista de Estudios Sociales*, n. 60, pp. 12-24, 2017.
- GIORDANO, Verónica. "Hacia una agenda de investigación en torno a las derechas de América Latina en el siglo XXI". *Estudios Sociales del Estado*, v. 5, n. 9, pp. 1-23, 2019.
- GIORDANO, Verónica, RODRÍGUEZ, Gina Paola. "Las mujeres de las derechas latinoamericanas del siglo XXI". *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n. 126, pp. 215-238, 2020.
- GOHN, Maria da Glória. "A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais". *Caderno CRH*, v. 27, n. 71, pp. 431-441, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. "Movimentos sociais na contemporaneidade". *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, pp. 333-361, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GONZÁLEZ-BLOCK, Miguel Ángel, et al. "Barriers and facilitators to influenza vaccination observed by officers of national immunization programs in South America countries with contrasting coverage rates". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 3, e00045721, 2022.
- GURZA LAVALLE, Adrian et al. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2018.
- GUERREIRO, Clayton, ALMEIDA, Ronaldo de. "Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19". *Religião & Sociedade*, v. 41, n. 2, pp. 49-74, 2021.
- IDEA. *The Global State of Democracy 2021. Building Resilience in a Pandemic Era*. Estocolmo: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2021a.
- IDEA. *El Estado de la Democracia en las Américas 2021. Democracia en tiempos de crisis*. Estocolmo: Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral, 2021b.
- IGLESIAS, Esteban et al. *Diccionario de acontecimientos de derechas en el siglo XXI en América Latina*. Rosario: UNR Editora, 2021.
- IGLESIAS, Esteban, LUCCA, Juan Bautista. "Propiedad, seguridad y familia: las orientaciones conservadoras en la nueva ola de protesta en Latinoamérica". *Sudamérica: Revista de Ciencias Sociales*, n. 13, pp. 41-60, 2020.
- LATINOBARÓMETRO. *Informe Latinobarómetro 2021*. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2021.
- LÜHRMANN, Anna, LINDBERG, Staffan I. "A third wave of autocratization is here: what is new about it?" *Democratization*, v. 26, n. 7, pp. 1095-1113, 2019.
- MIGUEL, Luis Felipe. "O mito da 'ideologia de gênero' no discurso da extrema direita brasileira". *Cadernos Pagu*, n. 62, e216216, 2021.
- MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia, MARIANO, Rayani. "O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados". *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, pp. 230-260, 2017.
- MORAIS, Argus, OLIVEIRA, Erneson, MORAIS, Pablo. "Análise quantitativa de substantivos, verbos e adjetivos do

discurso político da nova direita brasileira a partir de textos coletados no Twitter.”

Alfa: Revista de Linguística, n. 65, e12593, 2021.

MORENO, Sebastián. “La democracia y sus otros. Una contribución desde la semiótica al debate de la erosión democrática”. Revista de Estudios Sociales, n. 74, pp. 12-22, 2020.

MORLINO, Leonardo. “Introducción: el marco teórico”. In: MORLINO Leonardo, PACHANO, Simón, TOVAR, Jesús (eds.). Calidad de la democracia en América Latina. Curitiba: Crv, 2017, pp. 13-38.

MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUSEU DO HOLOCAUSTO. Perfil de Twitter: “@MuseuHolocausto”. 2021 (24 de março, 9:32 pm). Disponível em <https://twitter.com/museuholocausto/status/1374881743279390722>. Acesso em 19 nov. 2022.

ORTELLADO, Pablo, RIBEIRO, Márcio, ZEINE, Leonardo. “Existe polarização política no Brasil?: análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. Opinião Pública, v. 28, n. 1, pp. 62-91, 2022.

PEREYRA DOVAL, Gisela. “Bolsonaro in Brazil. To the right of the right.” In: PEREYRA DOVAL, Gisela, SOUROUJON, Gastón (eds.). Global Resurgence of the Right: Conceptual and Regional Perspectives. Londres: Routledge, 2021, pp. 214-234.

PINILLOS, Cintia et al. La democracia a prueba. Los años que votamos en pandemia en las Américas. Rosario: UNR Editora e Buenos Aires: Clacso, 2022.

PINTO, Danielle Jacon Ayres, MORAES, Isabela. “As mídias digitais como

ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos: uma análise do caso Brexit”. Revista de Estudios Sociales, n. 74, pp. 71-82, 2020.

PLEYERS, Geoffrey. “Pensar los actores conservadores y capitalistas como movimientos sociales”. Revista de Estudios Sociales, n. 67, pp. 116-123, 2019.

PRZEWORSKI, Adam. Qué esperar de la democracia. Límites y posibilidades del autogobierno. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

RENNÓ, Lucio. “The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections”. Latin American Politics and Society, v. 62, n. 4, pp. 1-23, 2020.

RENNÓ, Lucio, AVRITZER, Leonardo, CARVALHO, Priscila Delgado de. “Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 36, e247120, 2021.

EDNALDO, Ribeiro, BORBA, Julian, FUKS, Mario. “Tolerância política e ativismo de protesto no Brasil: efeitos comportamentais do apoio a direitos políticos”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 38, e255478, 2022.

RIBEIRO, Márcio, ORTELLADO, Pablo. “O que são e como lidar com as notícias falsas”. Sur, v. 15, n. 27, pp. 71-83, 2018.

ROCHA, Camila, SOLANO Esther, MEDEIROS, Jonas. The Bolsonaro Paradox. The public sphere and right-wing counterpublicity in contemporary Brazil. Nova York: Springer Cham, 2021.

ROCHEL DE CAMARGO, Kenneth. “Here we go again: the reemergence of anti-vaccine activism on the Internet”.

Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 2, e00037620, 2020.

SANTOS, Fabiano, TANSCHKEIT, Talita. “Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil”. *Colombia Internacional*, n. 99, pp. 151-186, 2019.

SENADO FEDERAL. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. Brasília: Congresso Nacional, 2021.

SINGER, André. “A reativação da direita no Brasil”. *Opinião Pública*, v. 27, n. 3, 705-729, 2021.

SOUZA, Jeane Barros de et al. “COVID-19 vaccination campaign: dialogues with nurses working in Primary Health Care”. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, n. 55, e20210193, 2021.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago, 2006.

TRAVERSO, Enzo. *Las nuevas caras de la derecha*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2018.

V-Dem. *Autocratization Changing Nature? Democracy Report 2022*. Estocolmo: V-Dem Institute, 2022.

VALENTE, Riccardo et al. “Una contribución al estudio de la polarización sociopolítica en Brasil”. *Revista de Estudios Sociales*, n. 74, pp. 99-113, 2020.

VILLARREAL, María. “Ganhou Lula, venceu a democracia”. *Folha de São Paulo*. 2022 (8 de novembro). Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2022/11/ganhou-lula-venceu-a-democracia.shtml>. Acesso em 19 nov. 2022.